



**É a hora de
refundar a esquerda**



**Mudança só se
for contra a ordem**



**É preciso também
ser contra os ricos**

Os rumos do Brasil

Nesta edição, Carlos Nelson Coutinho, Plínio de Arruda Sampaio Jr. e João Pedro Stédile falam sobre o futuro do Brasil, após a crise política que atravessa o Governo Lula, o fragiliza e cujo final não se tem ainda no horizonte.

Páginas 8

Pesquisa Sindical 2001 do IBGE

Pág. 5

Projetos para populações de rua

Pág. 15

EDITORIAL

Criar forças para mudar

Em meio à crise política que, provavelmente, é causa da maior perplexidade e estupefação na história brasileira — a corrupção no Governo Lula —, o *JE* trouxe para as suas páginas as palestras de três pensadores do Brasil, proferidas na comemoração que marcou o Dia do Economista, neste ano, no auditório da ABI.

Após duas décadas de lutas contra a ditadura e outras duas de reconstrução dos caminhos da democracia no país, período no qual milhares de brasileiras e brasileiros cederam tempos e momentos de suas vidas para a construção de um instrumento político capaz de realizar as transformações necessárias para conduzir o Brasil a uma nova conjuntura, a sensação é de que voltamos ao marco zero. O instrumento político criado pela sociedade parece desfalecido, caso não esteja atingido mortalmente: o PT.

E é o Partido dos Trabalhadores o centro das discussões que a esquerda brasileira trava neste momento, em que, para além da perplexidade, é preciso buscar os caminhos que nos reconduzam à luta pela superação da miséria e da exclusão e pela conquista de uma sociedade menos desigual.

Para João Pedro Stédile, economista e membro da coordenação do MST, “não basta estar ao lado dos pobres”. Lembrando D. Tomás Balduino, Stédile retoma o que disse um dos mais queridos bispos brasileiros: é preciso também ser contra os ricos!

Carlos Nelson Coutinho reafirma uma bandeira que os éticos do PT vêm buscando erguer o mais alto possível: é hora de refundar a esquerda. Professor e filósofo, seguidor das concepções de Gramsci, Carlos Nelson relembra os ensinamentos do comunista italiano: “pesimismo da inteligência e otimismo da vontade”.

Já Plínio de Arruda Sampaio Jr., cujo pai é um dos principais candidatos à presidência do PT, nas eleições diretas que o Partido realiza no próximo dia 18 de setembro, sintetiza as tarefas que se põem na atual realidade: “Só há mudança se for contra a ordem”, vaticina. Ex-petista, como Carlos Nelson, Plínio não alimenta ilusões: “O que o neoliberalismo ensina é que, na era do capital global, o espaço de mudança é mínimo”. Ou seja, como diz o economista e professor da Unicamp “o desafio é criar força para mudar”. ■

Sumário

Página 3 XV Prêmio Corecon-RJ – Trabalho que compara Brasil e Estados Unidos ganha Prêmio de Monografia

Página 5 Especial – Retratos do Brasil: comunicação sindical evolui pouco



João Pedro Stédile



Carlos Nelson Coutinho



Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Página 8 Especial Dia do Economista – João Pedro Stédile

Página 10 Especial Dia do Economista – Carlos Nelson Coutinho

Página 12 Especial Dia do Economista – Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Página 15 Fórum Popular de Orçamento – Projetos para populações de rua

Página 16 Paulo Nogueira Batista Jr. – Em defesa do Brasil
Ipea e CEF lançam prêmio

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello.

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: imprensa@corecon-rj.org.br

Reportagem: Rebecca Ramos

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:

Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005/07): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, e Ruth Espinola Soriano de Mello. 2º terço (2003/05): Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa e Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira. 3º terço (2004/06): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares e Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005/07): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Câmara Cardozo, Carlos Eduardo Frickman Young. 2º terço (2003/05): Gilberto Caputo Santos. 3º terço (2004/06): Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo e Rogério da Silva Rocha • **Delegado Eleitor Efetivo:** José Antonio Lutterbach Soares • **Delegado Eleitor Suplente:** Paulo Sergio Souto

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coodenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

XV PRÊMIO CORECON-RJ

Trabalho que **compara** Brasil e Estados Unidos ganha Prêmio de Monografia

Promover e acirrar a concorrência é a estratégia dos EUA na hora das compras institucionais. No Brasil, é o inverso. Por causa da corrupção, o sistema é isonômico: ele aplica a mesma regra para todos, tornando seus procedimentos bem mais complexos. Esta é sinopse da monografia "Uma visão institucional dos sistemas de compras governamentais do Brasil e EUA", vencedora do XV Prêmio de Monografia do Corecon-RJ. A entrega do prêmio foi durante a celebração do Dia do Economista, na ABI, no último dia 11.

Formado pela UFRJ, Felipe Silveira Marques, levou três meses para concluir o trabalho. A pesquisa teve como base páginas na internet, legislação e um relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). "O relatório é de um grupo que está começando a estudar as compras governamentais para a Alca. Eles já estudaram a experiência dos EUA, da União Européia e do Brasil, o que também me serviu como fonte de pesquisa", disse.

Para Felipe, o tema é pouco explorado pelos economistas, ficando "na mão de advogados e contadores. Brasil e EUA são países com paradigmas opostos na questão de compras. Os EUA são mais preocupados em promover a concorrência, ter uma política pública de favorecer as grandes empresas, a produção nacional. O Brasil, como é muito preocupado com a corrupção, aplica a mesma regra para todos e acaba tendo

procedimentos mais complexos, que impedem as pequenas empresas de estarem fornecendo ao governo", explica.

Distribuição de renda

"Ter ganho o prêmio de monografia foi um grande estímulo", disse Felipe Marques do *JE*. Ele cursa o mestrado na UFRJ e o tema de seu projeto é o mesmo abordado na monografia vencedora. "É mais uma maneira de estimular a pesquisa. Não posso deixar de dizer que a banca me ajudou muito a melhorar o trabalho", afirmou.

E quais conclusões podem-se tirar desta comparação? O estudante é categórico: o Brasil precisa simplificar os procedimentos nas licitações. "Essas regras foram estabelecidas na época do Collor. Hoje, a conjuntura é outra. Simplificando os seus procedimentos, o Brasil pode aumentar a concor-



Felipe Marques recebe o prêmio das mãos de Nivalde José de Castro

rência, combater a corrupção e aumentar a eficiência nas compras, o que melhora a participação das pequenas empresas".

A adoção de políticas que, através do imposto de renda, onerem as classes mais privilegiadas, desonerando os mais pobres, possibilitando com isso a distribuição de renda e o crescimento da população está no foco da monografia "Distribuição de Renda, Crescimento e Políticas", que obteve a segunda colocação no XV° Prêmio Corecon-RJ. Izabella Miranda de Azevedo, de 23 anos, também formada pela UFRJ, usou um modelo já desenvolvido por seu orientador, Mário Luiz Possas.

"Ele ganhou prêmio com esta tese em 1982, ano em que nasci. O modelo simula uma economia multi-setorial, uma política através do imposto de renda. Ou seja, o uso do imposto de renda negativo para as classes mais baixas.

E com isso traçar maneiras de fazer políticas distributivas. Usei o índice de Gini para ver qual dessas políticas tem um impacto melhor e qual delas tem resultado melhor", disse.

Dois fontes de pesquisa foram usadas: dados do IBGE e o próprio modelo de Possas que, de acordo com Izabella, está sendo usado também por orientandos de doutorado. "Contei com a ajuda deles também para usar o modelo em *software*".

Izabella acredita que "aumentar o imposto de renda para as classes maiores e usar este imposto negativo para as classes mais pobres" seria mais eficaz no combate à desigualdade social. A maioria dos brasileiros reclama que o imposto pago é muito alto, mas ela alerta: "quem garante que este imposto que se paga chega aonde tem que chegar, que é no governo? E será que esse governo usa o dinheiro de maneira correta?", indaga.



Izabella de Azevedo, segundo lugar, recebe os cumprimentos do presidente do Corecon-RJ, José Antônio Lutterbach Soares



Carolina Cavalcante, terceiro lugar, recebe a premiação das mãos do economista Nivalde José de Castro

Ciência e filosofia

É possível haver conhecimento objetivo na ciência e na filosofia? Essa é a questão central da monografia “Ciência e Filosofia – Uma discussão acerca da possibilidade do conhecimento objetivo”, terceiro lugar no concurso anual de monografia do Corecon-RJ. Carolina Miranda Cavalcante, 25 anos, outra formada pela UFRJ, fez uma ampla pesquisa com as principais correntes filosóficas que discutem a questão do método em economia.

“Na década de 70, começaram a emergir algumas heterodoxias

contrárias à tradição neoclássica, que faz parte da economia, e as discussões filosóficas também vieram à tona com mais força. O Primeiro Manual de Filosofia da Ciência, de Marco Plot, lançado em 1980, contava a história do positivismo lógico, uma filosofia da ciência que surgiu em meados da década de 1920, mas que encontrou alguns problemas filosóficos no meio do caminho. A minha monografia mostra essa corrente, o desenvolvimento de Popper (Karl Popper), que é um filósofo muito influente dentro dos debates em economia”, afirmou.

O trabalho aborda também os

teóricos do crescimento e do conhecimento, como Thomas Kuhn e Imre Lakatos. “Eu procurei trazer uma corrente nova que é a do realismo crítico, surgida na década de 70, para debater questões relativas à filosofia da ciência. Um desses pensadores que divulgou essas idéias entre os economistas foi Tony Lawson. Esse autor é o fio condutor da monografia”.

Na monografia, Carolina Miranda parte do princípio de que é totalmente impossível construir um conhecimento objetivo em Economia. “Tudo que você pode construir são tipos ideais, abstrações etc. Eu procurei mos-

trar que, através da adoção de uma posição filosófica como a do realismo político, é possível construir uma ciência mais objetiva”.

A pesquisa começou há dois anos, tendo como base manuais de filosofia da ciência, artigos e páginas na internet. “Considero a temática do meu trabalho muito importante. Há vários esforços no sentido não só de criticar a tradição neoclássica, mas também de propor alternativas teóricas”. Para ela, é possível construir uma ciência econômica mais objetiva. E para isso é fundamental não só estudar a filosofia da ciência, mas também a parte teórica. ■

XV PRÊMIO DE MONOGRAFIA CELSO FURTADO

Compras governamentais são o tema da monografia vencedora

“Uma visão institucional do sistema de compras governamentais no Brasil e nos EUA: abordagem segundo o modelo estrutura-conduta-desempenho”, de Felipe Silveira Marques, da UFRJ, é o título da monografia vitoriosa do XV Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado, promovido pelo Corecon-RJ.

O vencedor recebeu como prêmio R\$ 2 mil, o segundo colocado, R\$ 1 mil; e a terceira, R\$ 600,00. Dois alunos empataram na Menção Honrosa. Foi o seguinte o resultado completo da premiação:

1º – “Uma visão institucional do sistema de compras governamentais no Brasil e nos EUA: abordagem segundo o modelo estrutura-conduta-desempenho”

Autor: Felipe Silveira Marques – UFRJ

Média = 9,16

Orientador: Nelson Chalfun Homsy.

2º – “Distribuição de renda, crescimento e políticas”

Autora: Izabella Miranda de Azevedo – UFRJ

Média = 9,12

Orientador: Mario Luiz Possas

3º – “Ciência e filosofia: uma discussão acerca da possibilidade do conhecimento objetivo”

Autora: Carolina Miranda Cavalcante – UFF

Média = 8,92

Orientador: Mário Duayer de Souza

4º – Menção Honrosa - Empate

1. “O investimento direto europeu no Mercosul na década de 1990”

Autor: Carlos Filipe de Freitas Soares – UFF

Média = 8,87

Orientadora: Marta dos Reis Castilho

2. “A contribuição de Ignácio Rangel para o estudo da inflação brasileira”

Autor: Thiago Leone Mitidieri – UFRJ

Média = 8,87

Orientador: Murilo Florindo Cruz Filho

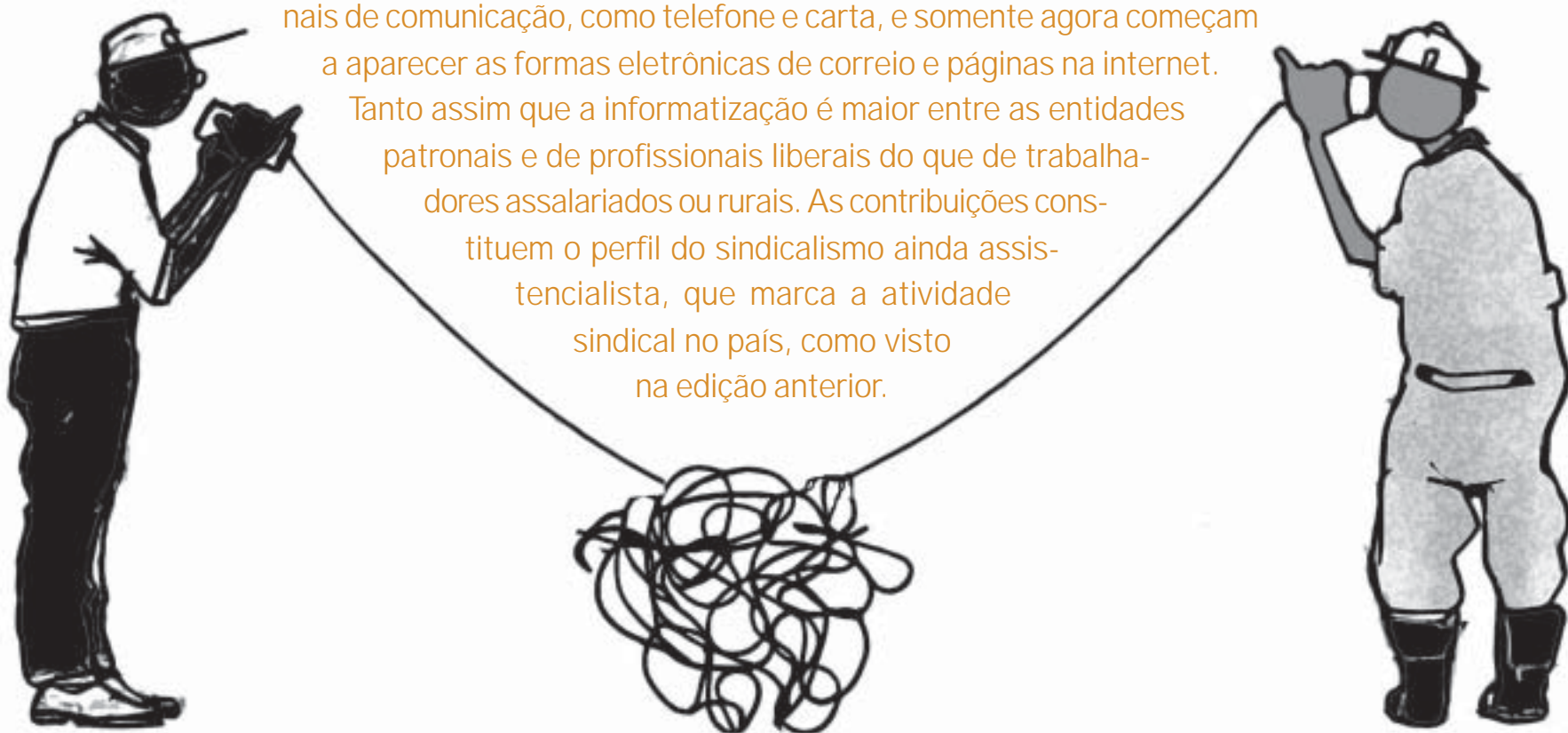
Retratos do Brasil

Comunicação sindical evolui pouco*

Publicamos a seguir o final da edição resumida de uma das partes da pesquisa inédita realizada pelo IBGE e cujos resultados estão na publicação "Sindicatos – Indicadores sociais 2001", do Instituto. Neste recorte, vamos observar que os sindicatos brasileiros ainda usam meios tradicio-

nais de comunicação, como telefone e carta, e somente agora começam a aparecer as formas eletrônicas de correio e páginas na internet.

Tanto assim que a informatização é maior entre as entidades patronais e de profissionais liberais do que de trabalhadores assalariados ou rurais. As contribuições constituem o perfil do sindicalismo ainda assistencialista, que marca a atividade sindical no país, como visto na edição anterior.



Na prática, a comunicação sindical visa sensibilizar os trabalhadores/empresários para a defesa de seus interesses com o propósito de consolidar suas lutas e conquistas junto aos diversos públicos, como também tem por princípio a mobilização de determinada(s) categoria(s) econômica(s) ou profissional(is).

As formas de veiculação da informação são indicadoras da capacidade de organização e mobilização de uma categoria. Expressam também as relações entre a diretoria instituída, os associados e a capacidade de mobilização política. Permitem ainda analisar as diferenças internas e externas entre os diversos tipos de organizações sindicais, as-

sim como o seu grau de modernização político-administrativo. São indicadores do processo de modernização da estrutura e da organização sindical, tanto urbana quanto rural.

Em média, cada sindicato utiliza cinco a seis formas de comunicação com os seus associados.

Os dados permitem verificar mais uma vez a capacidade de adaptação dos sindicatos às suas realidades sociais: em que pese a importância comum do telefone como um dos principais meios de comunicação, em todos os tipos de sindicatos, seu predomínio é mais forte entre os urbanos (empregadores e trabalhadores), posição ocupada pela correspondência tradicional, via correio, no meio rural.

Também entre os rurais, aparece com destaque o rádio como veículo de transmissão de informações, sobrevivendo em plena era da TV e do computador.

Um último ponto a ressaltar é a significativa proporção de sindicatos de trabalhadores urbanos que utiliza a visita de diretores aos locais de trabalho da categoria como forma de inteirar-se de suas demandas e de fazer chegar até as bases as suas propostas e informações.

Para encerrar esta temática, vale ressaltar que em relação aos outros meios de comunicação, os sindicatos de trabalhadores urbanos utilizam-se também com frequência dos panfletos, das mensagens por fax e do jornal

Quadro 7**Formas de comunicação, segundo o tipo de sindicato – Brasil – 2001**

Indicadores	Tipo de sindicato			
	Trabalhadores urbanos	Trabalhadores rurais	Empregadores urbanos	Empregadores rurais
Principal forma de comunicação utilizada	Telefone (86%)	Correspondência (74%)	Telefone (92%)	Correspondência (87%)
Segunda forma de comunicação utilizada	Correspondência (83%)	Telefone (72%)	Correspondência (88%)	Telefone (85%)
Terceira forma de comunicação utilizada	Visita de diretores aos locais de trabalho (82%)	Emissora de rádio (65%)	Mensagem por fax (80%)	Emissora de rádio (64%)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento População e Indicadores Sociais, Pesquisa Sindical 2001.

Quadro 8**Informatização dos sindicatos – Brasil – 2001**

Tipo de Sindicato	Indicadores de informatização					Número médio de microcomputadores em atividade por sindicato
	Porcentagem de sindicatos					
	Cadastro de associados informatizado	Microcomputadores ligados em rede interna	Intranet	Home-page	E-mail	
Total	50	22	18	38	9	2
Sindicatos urbanos	63	28	21	47	13	3
Empregadores	74	34	24	58	20	3
Empregados	60	27	21	44	9	3
Trabalhadores autônomos	39	12	10	20	5	1
Agentes autônomos	71	47	26	55	23	3
Profissionais liberais	74	27	24	59	22	2
Trabalhadores avulsos	49	20	17	31	3	2
Sindicatos rurais	28	11	11	22	2	1
Empregadores	42	18	19	42	3	2
Trabalhadores	21	8	8	12	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento População e Indicadores Sociais, Pesquisa Sindical 2001.

do sindicato, mas ainda recorrem timidamente a formas mais modernas de comunicação como boletins e correio eletrônico, e pesquisas de opinião. Já os empregadores urbanos utilizam-se com mais desenvoltura destes avanços da comunicação. Entretanto, no âmbito geral, as formas mais frequentes ainda são a correspondência tradicional, via correio e o telefone, com aproximadamente um terço dos sindicatos brasileiros fazendo uso do correio eletrônico e somente 16% possuindo um endereço eletrônico.

Informatização

O grau de informatização evidencia os processos de controle administrativo, a agilização da informação interna e entre as-

sociados, assim como a troca de informações entre a(s) categoria(s) representada(s) e outras organizações congêneres e o poder político instituído (sindical ou não).

Os dados permitem observar que somente a metade dos sindicatos brasileiros possui o cadastro de seus associados informatizado; menos da metade possui microcomputadores ligados em rede interna (22%); 18% estão conectados à intranet; 38% possuem *home page* e somente 7% declaram possuir *e-mail*. Já o número médio de microcomputadores em atividade por sindicato é de 2.

Portanto, os sindicatos brasileiros ainda estão longe da universalização do acesso às tecnologias de informatização, embora já estejam iniciando este caminho (que parece ser irreversível), com diferentes inten-

sidades segundo o tipo de sindicato e as regiões em que se situam.

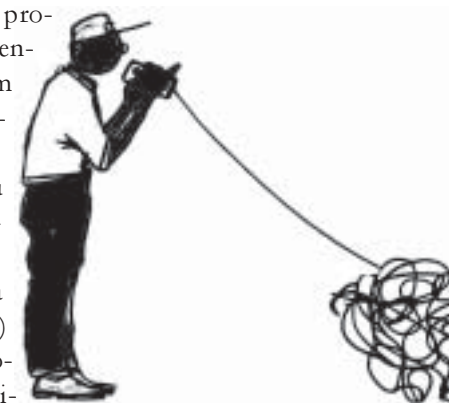
Entre os tipos de sindicato, os destaques vão para os urbanos e, entre eles, não há uma intensidade padrão de variação: no que se refere à proporção de sindicatos com cadastro de associados informatizado estão à frente os de empregadores, os de profissionais liberais e os de agentes autônomos; quando o indicador é a proporção de microcomputadores ligados em rede interna, destacam-se os de agentes autônomos; quanto à proporção dos que têm *home page*, os de empregadores, os de profissionais liberais e os de agentes autônomos; e, quanto à proporção com *e-mail*, mais uma vez os de agentes autônomos estão em primeiro lugar, seguidos de perto pelos de profissionais liberais e de empregadores urbanos. Assim, tendo em vista o conjunto de indicadores analisado, empregadores urbanos, agentes autônomos e profissionais liberais parecem estar mais informatizados.

Contribuições obrigatória, assistencial e confederativa

A contribuição sindical obrigatória refere-se àquela devida compulsoriamente por todos que participam de determinada categoria econômica ou profissional, independentemente de estarem filiados à entidade representativa.

A assistencial ou negocial (taxa assistencial) corresponde à contribuição paga pelos membros da(s) categoria(s) profissional(is) ou econômica(s), filiados ou não, desde que aprovada em assembléia. É um indicador da receita aplicada em serviços de interesse do sindicato ou em seu patrimônio, podendo, ainda, ter outro destino.

Já contribuição confederativa é de natureza compulsória, extensiva a toda a categoria (profissional ou econômica) que o sindicato representa ou somente aos seus associados. É um indicador do custeio do sistema confederativo de representação sindical, composto pelos sindicatos, federações e confederações.



Do total de sindicatos que arrecadam a contribuição sindical obrigatória, 78% não a devolvem à categoria. Entre urbanos somente 22% a devolvem, sendo 12% de forma espontânea e 10% mediante requerimento, percentuais que praticamente se mantêm quando considerados individualmente os de trabalhadores e os de empregadores. Já em relação aos rurais, 24% devolvem a contribuição sindical, sendo que 17% o fazem espontaneamente e 7% mediante requerimento. Dentre os que devolvem espontaneamente esta contribuição destacam-se os sindicatos de trabalhadores (22%).

Já em relação à contribuição assistencial ou negocial, somente 24% dos sindicatos brasileiros a arrecadam. O percentual entre os sindicatos urbanos (32%), a exemplo da contribuição sindical obrigatória, é superior ao dos rurais (11%).

Os sindicatos de trabalhadores urbanos apresentam o maior percentual dos que fazem uso da contribuição assistencial (39%), seguidos pelos sindicatos de empregadores urbanos (28%). Por sua vez, 89% dos sindicatos rurais não arrecadam esta contribuição, sendo que entre os sindicatos de empregadores rurais este percentual atinge 94%.

Dos sindicatos urbanos que arrecadam a contribuição assistencial ou negocial (32%), 22% o faz de toda a sua base de representação, enquanto 10% restringe sua arrecadação somente aos associados. No que se refere à contribuição confederativa, somente 28% do total dos sindicatos brasileiros dela lançam mão, percentuais que atingem 23% e 35% dos sindicatos urbanos e rurais, respectivamente. Merece destaque o percentual de sindicatos de trabalhadores rurais que arrecadam esta contribuição (40%).

Balanço social das empresas

O balanço social é um documento ou relatório anual, de caráter não obrigatório, contendo informações quantitativas e qualitati-

Quadro 10

Sindicatos de empregadores urbanos que têm conhecimento da divulgação do balanço social das empresas e sindicatos de empregados urbanos que reivindicam a divulgação do balanço social das empresas, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2001

Grandes Regiões	% de sindicatos de empregadores urbanos que têm conhecimento da divulgação do balanço social da empresa	% de sindicatos de trabalhadores urbanos que reivindicam a divulgação do balanço social das empresas
Brasil	19	24
Norte	19	19
Nordeste	23	26
Sudeste	18	27
Sul	21	23
Centro-Oeste	13	20

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento População e Indicadores Sociais, Pesquisa Sindical 2001.

vas sobre as ações sociais realizadas por uma empresa. O balanço social apresenta e divulga, em geral, os benefícios sociais obrigatórios e voluntários realizados pela empresa, bem como as práticas de filantropia e responsabilidade social em relação aos seus funcionários, à comunidade e ao meio-ambiente. O papel do balanço social corresponde à responsabilidade social da empresa e dos empresários em relação à construção da cidadania empresarial, que está associada à atuação da empresa no campo social. Pressupõe internamente uma atuação eficaz em relação aos objetivos da empresa e à responsabilidade social (referente aos seus empregados e dependentes) e, externamente, visa atender à comunidade local em que as empresas estão situadas.

Há uma relação direta entre a cidadania empresarial e a responsabilidade social da empresa no sentido de que a responsabilidade social refere-se à forma de uma empresa conduzir os seus negócios em parceria co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governo etc.) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas e proprietários.

Portanto, o que interessa para a comunidade é a atuação local da empresa: número de empregados arrematados na comunidade, projetos e programas desenvolvidos em

parceria com agentes comunitários e o impacto ambiental que a atividade da empresa produz na região. A responsabilidade social deve ser entendida como uma atuação educativa empresa/comunidade. Ressalta-se que a responsabilidade social da empresa não pode ser confundida com as atribuições do Poder Público uma vez que não se pode confundir "cidadania" com consumo e marketing empresarial.

A Pesquisa Sindical 2001 inovou ao perguntar pela primeira vez aos sindicatos de empregadores urbanos se eles têm conhecimento da divulgação dos balanços sociais pelas empresas de sua base e, aos sindicatos de empregados urbanos, se eles têm reivindicado junto às empresas a divulgação dos mesmos.

Os dados apresentados mostram que a proporção não é grande nem com relação ao conhecimento da divulgação do balanço social das empresas por parte dos empregadores urbanos (19%), nem em relação à pressão por parte dos sindicatos de empregados urbanos para que a divulgação seja feita (24%).

A variação regional desses indicadores não é muito ampla: no que diz respeito ao conhecimento da divulgação do balanço social, registram-se no Nordeste e no Sul proporções acima da média nacional (23% e 21%, respectivamente). No que se refere à reivindicação para que o balanço seja divulgado, o Sudeste e no Nordeste (27% e 26%, respectivamente) apresentam proporções superiores à média do país. ■

** Pesquisador Titular do IBGE.

* Corresponde à terceira parte do relatório final da pesquisa sindical realizada pelo IBGE, em convênio com o Ministério do Trabalho, através do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, publicado como: Sindicatos - Indicadores sociais 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002, (p. 62-78)

ESPECIAL DIA DO ECONOMISTA



Na celebração do Dia do Economista, o Corecon-RJ e o Sindicato dos Economistas convidaram três pensadores e militantes políticos para debater os rumos do Brasil: João Pedro Stédile, economista e membro da coordenação nacional do MST; Carlos Nelson Coutinho, filósofo e professor da UFRJ, e Plínio de Arruda Sampaio Jr., economista da Unicamp. O que apresentamos a seguir é um resumo editado das palestras de cada um deles.

João Pedro Stédile

Não basta estar ao lado dos pobres

O MST tem a visão de que o Brasil, desde que foi fundado, em 1500, já nasceu capitalista. Ele só se transformou em um país por causa da verdadeira invasão que os capitalistas europeus fizeram. Era necessário que se apoderassem das novas mercadorias dos novos continentes para que pudessem, de certa forma, financiar ou contribuir com o que Rosa Luxemburgo chamaria depois de acumulação primitiva que o capitalismo comercial europeu fez em relação aos países periféricos. Comun-gamos com a tese de que o Brasil já nasceu capitalista e, portanto, esteve desde o princípio sob a lógica das leis econômicas que caracterizam o capitalismo: exploração do trabalho, taxa de lucro, acumulação e reprodução do capital.

Mais recentemente, aprendemos com vários mestres que houve determinados períodos históricos em que o capitalismo adotou modelos econômicos para organizar a produção no Brasil. Tivemos o primeiro modelo econômico: o agro-exportador, praticamente nos primeiros quatro séculos. Depois esse modelo entrou em crise, desde o final da escravidão até 1930, quando as elites saíram da crise cíclica e impuseram um novo modelo econômico. Florestan Fernandes o chamou de modelo de industrialização dependente. Fernando Henrique chama de “era Vargas”, em um tom mais político e sociólogo. Esse modelo reorganizou

as forças produtivas da nossa sociedade para a indústria, urbanizou a sociedade, deu um outro tom para a organização da produção, mas, mesmo assim, manteve o processo de exploração do trabalho que levou à manutenção de uma sociedade extremamente desigual.

A contradição do período de 1930 a 1980 é que houve uma verdadeira revolução nas forças produtivas brasileiras: saímos de uma economia agro-exportadora para a oitava economia do mundo. Segundo dados estatísticos que sempre são muito pouco confiáveis, nesse período a sociedade brasileira foi uma das que mais riquezas produziu no planeta, fruto da alta produtividade do trabalho dos nossos operários. Mas os benefícios não fo-

“O neoliberalismo aprofundou a desigualdade social no nosso país. Ele criou as chagas da falta de emprego e da renda e não há políticas de compensação social que consigam distribuir renda”.



ram repartidos entre os trabalhadores. E a sociedade brasileira manteve seu caráter desigual, que herdara do período colonial.

Troca de hegemonia

Esse modelo teve uma crise cíclica na década de 60, que quase provocou mudanças no próprio sistema. A resposta das elites foi um golpe militar para sair da crise. Assegurado pelas baionetas, o capital estrangeiro fez enormes investimentos a partir de 64 e se produziu o chamado “milagre brasileiro”, crescer a taxas de 10%, 12% ao ano. Na década de 80 esse modelo entrou em crise definitiva. O capitalismo já não tinha na indústria o centro hegemônico da sua acumulação, nem em nível internacional, muito menos no Brasil. Ele se consolidou a partir de 80 sendo hegemônico pelo capital financeiro, e em função das revoluções tecnológicas que coincidiram acontecer nas décadas de 80 e 90 no campo da bioquímica, eletrônica e informática. As elites brasileiras se rearticularam e com a eleição do Collor e depois do Fernando Henrique conseguiram

força política necessária para tentar implantar o terceiro modelo econômico, que estamos vivendo até agora, que é o neoliberal.

Na essência, ele não é de desenvolvimento nacional, é o projeto de liberdade total para o capital financeiro. E nossa economia passou a ser dominada, hegemônica, por esse tipo de capital. O que Collor e Fernando Henrique fizeram foi romper as barreiras da legislação e do Estado nacional para que o capital financeiro tomasse conta da economia. Nesses 10 anos, há estudos, um deles, do professor Chico de Oliveira, calculando que, aproximadamente, 15% do PIB nacional, em termos de riqueza acumulada, que era controlado por empresas públicas foram privatizados. Nunca em tão pouco tempo isso tinha acontecido com qualquer outra sociedade capitalista do mundo. Foi uma transformação violentíssima na hegemonia das classes sociais que, então, passaram a controlar nossa economia. E daí vem a força política dos tucanos até hoje, porque foram, digamos, os herdeiros, parceiros do capital financeiro que se apropriou desses 15% que eram nossos.

Há um estudo do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que demonstra que de 1990 a 2000 a América Latina e, dentro dela, o Brasil como um dos seus principais países, transferiu para a Europa e para os EUA US\$ 1 trilhão. O neoliberalismo foi, na verdade, uma verdadeira sangria financeira que o capitalismo internacional fez sobre as nossas economias e, evidentemente, que essa é a razão de porque nossa economia não saiu da crise: todo o processo de riqueza aqui produzido, em vez de ser reinvestido na produção e no bem estar da população foi transferido para o exterior, para manter a acumulação do capital financeiro.

Há vários casos de bancos nos EUA e na Europa que têm taxas de lucro negativas e que compensam com o lucro que conseguem no Brasil. Há o caso histórico da Telefônica da Espanha que, em um desses anos, teve prejuízo na Espanha porque a pressão social foi muito grande para manter os preços estabilizados. No entanto, em um só ano, transferiu do Brasil US\$ 500 milhões. E assim há outros casos como o da Fiat, Volkswagen, que têm prejuízo nas suas matrizes e compensam com as transferências feitas daqui.

Todos os indicadores sociais que analisam de 80 até hoje pioraram do ponto de vista das condições de vida e da economia. A taxa de desemprego em 1980 era de 2,8% da população economicamente ativa. No ano 2000, usando a mesma metodologia, foi de 15% e temos uma

“Quando a pequena burguesia aprende a mandar dinheiro para fora, é o fim, porque aí qualquer funcionário se dá ao luxo de abrir uma conta em Cayman.”

população de 12 milhões de desempregados. É quase uma Argentina andando pela rua. E não são analfabetos nem desqualificados: 70% são jovens com segundo grau completo.

Pelo estudo do Pnud, se agregarmos o trabalho informal durante o neoliberalismo a taxa vai a 40% da população economicamente ativa: 25 a 30 milhões de brasileiros que não têm nenhuma garantia de trabalho estável e isso é uma tragédia do ponto de vista social. Em termos de previdência, hoje, apenas 60% dos trabalhadores têm cobertura dos direitos que a Constituição prevê como universais; 27 milhões de trabalhadores adultos estão desprotegidos de qualquer direito, seja férias, atendimento do INSS etc. A única coisa que sobrou para eles foi o SUS.

A exclusão permanente

Durante o século XVIII, no auge da escravidão e da exploração canavieira, os 10% mais ricos do Brasil controlavam 68% da economia. Já no final do XIX, pegando a crise e o início da industrialização, esses 10% controlavam 73% da economia. Entramos no XXI com os 10% mais ricos controlando 75% da nossa riqueza. Portanto, é de natureza endêmica da nossa economia a exclusão permanente da população. 48% da população brasileira estão classificados como pobres – ganham menos de dois salários mínimos por mês. Isso representa, mais ou menos, 20 milhões de famílias, 82 milhões de brasileiros.

O neoliberalismo aprofundou a desigualdade social em nosso país, criou as chagas da falta de emprego e renda e não há políticas de compensação social que consigam distribuir renda. Todo receituário do Banco Mundial é mentira, enganação. O que resolve a desigualdade social e promove a inclusão social é trabalho e salário. Todos aprendemos isso desde as primeiras aulas de economia, que o papel da economia é organizar a produção para atender as necessidades da população, e a população se realiza como cidadão dessa economia se tiver trabalho, produzir e tiver renda.

Nós economistas, como todos os seres mortais, olhamos os fatos sociais com o nosso olho de classe. Para um burguês economista, o importante é a taxa de juros. Já um economista

proletário olha a realidade a partir dos interesses dos trabalhadores. Partindo do princípio que as políticas de compensação não resolvem os problemas sociais do nosso país, é preciso então construir um modelo econômico que enfrente as causas de uma sociedade tão desigual. D. Tomás Balduino, bispo de Goiás, disse uma vez que a nossa sociedade é tão desigual que para resolver o problema social não basta ser a favor dos pobres. É insuficiente você estar ao lado dos pobres, é preciso uma outra condição: ser contra os ricos. E o que é ser contra os ricos? É atacar os mecanismos que concentram a riqueza, a renda e o poder.

Temos que controlar o capital estrangeiro. Pelas estatísticas, como já disse, nossa economia não precisa de capital estrangeiro para se desenvolver. Ao contrário, exportamos capital. Ninguém é maluco de achar que vamos tacar fogo em tudo quanto é multinacional, mas tem que haver um controle da transferência de riqueza desse país para o estrangeiro. Senão dá Cayman. O secretário da Receita Federal disse ao *Estadão** que, no IR do ano passado, 10.522 brasileiros declararam legalmente ter contas no exterior. São brasileiros, residentes em nosso território, pessoas físicas ou jurídicas, que têm no exterior mais de US\$ 100 mil, cada um. O total dessas declarações foi US\$ 82 bilhões.

Temos que controlar o capital financeiro. Essa dos bancos cobrarem até 150% para crédito ao consumidor é uma vergonha, um assalto. Celso Furtado fez os cálculos: a taxa de lucro das usinas na época da escravidão era 77% ao ano. A taxa de lucro do Bradesco é de 140%. Então, vamos ter que fazer abaixo assinado para voltar ao tempo da escravidão.

Temos que enfrentar o latifúndio. O monopólio da propriedade da terra é um dos mecanismos que as elites têm no Brasil para manter a sociedade desigual. Temos que combater o monopólio dos meios de comunicação porque ele é uma forma de manipular as consciências. E, por último, temos que retomar para a soberania nacional e popular o controle dos setores estratégicos da nossa sociedade: energia, telefonia, transporte etc. ■

* *Jornal Estado de São Paulo*.

ESPECIAL DIA DO ECONOMISTA



Carlos Nelson Coutinho

A hora de refundar a esquerda

O pensador italiano Antonio Gramsci fazia uma distinção que me parece oportuna entre o que chamava de grande política e pequena política. A grande política, dizia ele, é aquela que lida com estruturas, põe em discussão a ordem social, tanto no sentido de transformá-la, como de conservá-la. A pequena política é a do corredor, da picuinha, da intriga. Eu diria que vivemos na era do neoliberalismo uma crise da grande política. Um dos principais alvos ideológicos do neoliberalismo é reduzir a política à sua dimensão de pequena política. Estamos cansados de ouvir coisas como o “fim da política ideológica”, o “fim da utopia”, o que na verdade significa tratar a política como uma coisa que não coloque em discussão as estruturas.

Um movimento muito claro é a famosa blindagem da economia. É curioso que diante dessa crise, a preocupação tanto do governo petista, quanto das classes dominantes, em suas diferentes frações, é exatamente blindar a economia. Ora, o que significa isso? Significa retirar da discussão política aquilo que diz respeito às grandes estruturas, à vida das pessoas. A atual crise política se desenvolve dentro do que chamaria de a esfera da pequena política. Não estão em jogo as grandes questões que interessam à população brasileira: a economia está blindada.

As soluções que vêm sendo apresentadas para a atual crise nenhuma delas escapa do terreno da pequena política. É importante discutir lista fechada ou aberta na eleição, financiamento público, mas isso é desviar o foco que deve ser colocado no contínuo do atual governo para questões que parecem de pequena política. O Brasil emerge da ditadura como um país que Gramsci chamaria de tipo ocidental. Dizia que nos países de tipo oriental o Estado é tudo e a sociedade civil é primitiva e



É curioso que diante dessa crise, a preocupação tanto do governo petista, quanto das classes dominantes, em suas diferentes frações, é exatamente blindar a economia

gelatinosa, enquanto nas sociedades que chamou de ocidentais há uma relação equilibrada entre Estado e sociedade civil.

Os modelos americano e europeu

O Brasil emerge em um processo que vem desde os anos 30, com a construção de sindicatos operários fortes, movimentos sociais. No final da ditadura é construída uma socie-

dade civil rica e articulada. Temos o MST, mas também a UDR; a Fiesp e a CUT. Há uma leitura equivocada da sociedade civil, não hesitaria em chamar de neoliberal, que faz da sociedade civil o reino do bem. Na sociedade civil reina o solidarismo, o voluntariado; está além do mercado e do Estado. Não. A sociedade civil para Gramsci é uma arena da luta de classes. Por isso, faz parte dela o MST, mas também a UDR.

Se observarmos a sociedade de tipo ocidental, poderemos ver que há mais ou menos dois tipos principais: o que chamaria de modelo americano e o europeu. O que é o americano? Nos EUA há uma sociedade civil forte, e desde o século XIX há sociativismo. Mas para que? Criam-se pequenos grupos que defendem interesses corporativos, privados. Isso se reflete em um movimento sindical que é combativo, forte, mas é puramente particularista e corporativo. Um sistema partidário típico: há um partido republicano e um democrata, que se alternam no poder. Nada mais parecido com um do que o outro e vice-versa. Bush é certamente pior do que o Kerry. Mas, ambos não colocam em discussão a essência da sociedade americana e da sua política.

Por sua vez, o modelo que vigorou muito tempo na Europa se caracterizava por um sociativismo certamente forte, onde as associações tinham em meta muito mais interesses universais. Era um sindicalismo classista, voltado para a modificação da política econômica da sociedade e um sistema partidário onde havia reais alternativas. Não muito tempo atrás, alguém na Inglaterra votava em um partido que tinha um programa socialista. E dizia: socialismo é socialização dos grandes meios de produção. Quando se vota em um partido conservador, o nome está dizendo, é para conservar a ordem social existente. Um italiano há 20, 30 anos, quando queria mudar

a sociedade votava em partido comunista italiano; se queria conservar, votava no democrata cristão.

O modelo americano facilita, ratifica a hegemonia burguesa. A sociedade compete, há um mercado político além do econômico, onde as pessoas brigam por alguma influência no poder, mas não estão em discussão as grandes questões de estrutura. O modelo europeu, ao contrário, põe, realmente, a questão da hegemonia e da contra hegemonia, alternativas reais na sociedade. Uma demonstração de uma progressiva hegemonia neoliberal no mundo é o fato que esse sistema europeu, que tanto facilitou a luta dos trabalhadores, em grande parte permitiu avanços da classe operária que levaram ao estado de bem estar social, está cada vez mais americanizado. Um fenômeno que eu não sei se também não está acontecendo no Brasil.

Emergimos da ditadura com uma disputa na sociedade não muito definida entre esses dois modelos de organização, o neoliberalismo e a democracia popular, ou que nome queiramos dar à alternativa ao neoliberalismo. Criou-se o sindicalismo de resultado, a Força Sindical, e a CUT, que na origem se posicionava claramente como classista, ou seja, representava os interesses da classe e não setoriais.

No aspecto partidário também veremos esse dualismo de partidos de tipo americano como, por exemplo, o PMDB, sem nenhum programa, e um de tipo europeu, o PT. Um partido social-democrata, no sentido forte e bom da palavra, porque surge como os europeus, estreitamente ligado ao movimento social, em particular o operário. Eleição de 89, segundo turno. Ali se configurou muito claramente a oposição entre dois projetos: de um lado, um que ainda não se chamava neoliberal, o de Collor. Fernando Henrique não fez senão continuar esse projeto e, infelizmente, Lula também. Em 89, tínhamos em contraposição um bloco que propunha claramente uma transformação estrutural do Brasil.

Essa indefinição em torno de que correntes se tornaria efetivamente hegemônica começa a sofrer abalos quando a força principal de oposição, o PT e os movimentos sociais a ele articulados, a partir de um certo momento começam progressivamente a abandonar suas propostas de transformação social. Gramscialaria em transformismo, falaríamos

A esquerda nunca esteve tão mal no mundo. Não estava mal no Brasil, mas agora está. Temos que olhar isso com realismo e dizer que a situação é difícil

em cooptação. Esse partido e alguns elementos que o circulavam foram cooptados pelo velho bloco no poder. Eu diria que há algum tempo vem ocorrendo no interior do PT tendências no sentido de transformá-lo em um partido da ordem. Chamo a atenção para o progressivo abandono do socialismo.

O primeiro programa do PT afirma claramente que o socialismo é uma meta do partido. Essa afirmação foi muito importante porque fez o PT resistir à crise do chamado socialismo real, ao fim da União Soviética e do bloco socialista do leste europeu. O PT é o único partido de esquerda no mundo que cresceu ao longo desse período. Ainda em 2001, no Encontro de Recife, o documento final fala claramente em socialismo e em alternativa ao modelo neoliberal. Cada vez mais a prática deixou de corresponder ao discurso.

A mudança do PT

O que assistimos progressivamente na evolução do PT é uma concentração no eleitoralismo. O objetivo passou a ser eleger Lula presidente porque ele vai modificar o país e criar bases de uma transformação social que levará ao socialismo. Então, o eleitoralismo marcou os últimos 10 anos da história do PT. E para usar a distinção inicial, assistimos uma adesão do PT à pequena política. A isso correspondeu uma crescente burocratização do partido. A direção do PT passou cada vez mais a ser formada por funcionários remunerados, e essa burocratização foi crescente no PT, que passou a intervir em seus núcleos, como no caso do Rio. A primeira vez não apoiando, na prática, Chico Alencar, e intervindo contra a convenção que escolheu Vladimir Palmeira candidato, levando a apoiar Garotinho. Ao lado dessa burocratização e do autoritarismo que começou a marcar o PT, curiosamente começou a surgir um aliancismo sem princípios.

O PT surgiu sem fazer aliança com ninguém. De repente, começou um processo e essa abertura foi se tornando cada vez mais aliança pela aliança. Quando se faz aliança com Costa Neto, Jefferson, Severino, isso não serve para salvar o Brasil. Qual é a lógica da burocracia? É sua auto-reprodução. Ela se reproduz por cooptação e essa lógica do poder pelo poder dominou o PT e explica, em grande parte, o que está acontecendo. Essa compra de votos tem por objetivo a reprodução do poder, manter uma base parlamentar que permita a reeleição de Lula e talvez a de Dirceu, em 2010.

A grande força que se opunha ao triunfo do neoliberalismo no Brasil, que resistiu a ele e impediu que ele chegasse ao extremismo do menemismo, na Argentina, em dado momento foi conquistada por uma proposta, em última instância, de pequena política. Diante de que risco estamos? É a mexicanização, como a deputada Frossard vive insistindo? Acho que o risco é o da americanização da política brasileira: de um lado, um PT desgastado; do outro, uma aliança do PSDB, PFL; e isso significar alternância no governo, com a economia blindada. O PSDB vai mudar a política econômica do governo? É claro que não, pois essa é a política deles.

Temos que pensar como evitar a desmoralização da esquerda, em refundar a esquerda. Sou um dos fundadores do PSOL, mas não acho que seja a única forma de resistir, mas seguramente é um pólo de referência. O que me importa é o seguinte: só podemos impedir que a política brasileira se americanize se conseguirmos recriar um forte mecanismo de esquerda que volte a colocar como estratégia uma nova ordem social. E o MST desempenha esse papel, e espero que continue desempenhando. A CUT já não desempenha mais. Ela foi cooptada, inclusive, quando o Luiz Marinho tornou-se ministro do Trabalho.

Gramsci dizia do “pessimismo da inteligência e otimismo da vontade”. O que queria dizer com isso? Que devemos fazer uma análise crua, realista, dura da realidade. A esquerda nunca esteve tão mal no mundo. Não estava mal no Brasil, mas agora está. Temos que olhar isso com realismo e dizer que a situação é difícil. E quanto mais difícil, mais precisamos do otimismo da vontade, da capacidade de enfrentar essa situação e tentar modificá-la. ■

ESPECIAL DIA DO ECONOMISTA



Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Só há mudança contra a ordem

Vivemos uma crise de grandes proporções. Esta crise tem origem estrutural e conjuntural. A conjuntural é que o governo que veio para fazer a mudança é o mesmo que conservou a ordem. O governo da esperança que venceu o medo é um governo neoliberal, que assimilou com velocidade inusitada os piores vícios e as piores práticas da política burguesa. É um governo que joga a cartada da reciclagem do modelo neoliberal. Isso fica claro a partir do que foi feito dentro e fora da política econômica, e pelo que está por vir: a reforma universitária, que destrói a universidade pública; a sindical, que institucionaliza e sacramenta o peleguismo; e a trabalhista, para dar mais uma solapada na classe trabalhadora. Fica clara a natureza deste governo também pelo que ele não fez: a reforma agrária. Há um amplo movimento de massa clamando e pressionado por ela. O MST é o maior movimento pela reforma agrária, é o mais ordeiro que se tem notícia, porque eles transformaram a teimosia em arma política. Mas não houve reforma agrária e nem vai haver.

O governo é claro não só pelo seu conteúdo, mas pela sua forma. O discurso das autoridades federais repete todo o senso comum e a visão do mundo do neoliberalismo, em todos aspectos. E repete também a forma mercantilizada e corrupta de fazer política. A discussão da perspectiva começa com a tomada de consciência das lições do Governo Lula, lições do que acontece hoje e nos

“O que o neoliberalismo ensina é que, na era do capital global, o espaço de mudança é mínimo”.

últimos 30 anos. Se não tirarmos as lições, vamos correr em círculo. Por que o Governo Lula é o que é? Por que nem os mais críticos tinham a menor suspeita que o governo seria o que é, na forma e no conteúdo?

O governo não reuniu força política para cumprir seus compromissos eleitorais. O PT fez uma aventura eleitoral, chegou ao governo sem ter construído força política necessária para cumprir seus compromissos com o eleitor. E isto, em parte se deve ao fato de que tínhamos que mudar um Estado neoliberal, já blindado para manter o neoliberalismo. Blindado institucional e mentalmente, porque a sociedade brasileira e a própria direção do PT já estavam convencidos que qualquer ruptura seria uma loucura completa.

Como não tivemos forças para mudar o Estado, o Estado nos mudou. Tem saída? É reversível? O processo é irreversível. Aqui, no Rio, João Sicsu, na discussão de plano B, C, em um artigo ele cita, o que é magistral, o plano A+. A estratégia qual é? Tudo para ganhar a confiança do capital financeiro, que pede mais confiança todo dia. Portanto, não há mudança.

Lula: um forte revés

O Governo Lula deu um fôlego adicional ao neoliberalismo, pois o modelo estava em crise econômica, política e de legitimidade. O povo estava fatigado com o modelo e a crise econômica foi resolvida pela inflexão no cenário internacional. A súbita adesão do PT ao neoliberalismo deu um fôlego para o modelo. Não vou discutir se vai dar certo ou não, mas mesmo que a aposta do governo dê certo, nos termos do próprio governo, para onde isso vai levá-lo? E ao país? Para uma mudança de qualidade no processo de reversão neocolonial que assola o Brasil nas últimas



décadas. Ou seja, estamos vivendo uma conjuntura, um marco histórico extraordinariamente adverso.

O que está acontecendo com o Brasil é uma reversão neocolonial. Isto quer dizer que o Brasil vai passar por um momento de grandes mudanças. E para onde sinalizam essas mudanças? Quais são? Só assim poderemos pensar em perspectivas. Se nada mudar é a barbárie. Como mudar é a nossa questão (porque parece que esta sociedade é impermeável à mudança), a questão é entender como é que muda.

Vou abordar um segundo efeito do que está acontecendo hoje, no Brasil, que é o efeito do Governo Lula sobre a classe trabalhadora, sobre o povo. O Governo Lula significou um forte revés para os trabalhadores. O problema principal não é o governo ser ruim. O

problema principal é a degeneração que aconteceu no PT, porque com essa degeneração a classe trabalhadora perdeu o seu instrumento de transformação social, que ela tinha construído a duras penas nos últimos 25 anos. É preciso ter clareza que não é só o fim do PT, não é só ele que está em crise; é todo o acúmulo da esquerda, conseguido desde a redemocratização, que está em questão. É a CUT, são as comunidades eclesiais de base, os movimentos sociais em geral. É a exaustão e o fim de um ciclo. Apostávamos que junto com a redemocratização viriam as mudanças sociais e elas não vieram.

O PT aderiu à ordem. O povo não tem mais o partido contra a ordem. A desmoralização do PT, por si só, significaria uma grave crise política e institucional para a sociedade brasileira porque o PT era a salvação da lavoura. “Está tudo errado, mas qualquer coisa a gente chama o PT”. E chamaram. Ficou pior do que estava porque com o Fernando Henrique havia um pólo de contenção que segurava a fúria do capital. Agora a besta está solta. Ninguém mais segura.

O erro da aposta

Esta crise indica, a médio e longo prazo, o desmoronamento institucional. Já aconteceu na Venezuela, no Equador, Peru, Bolívia, Argentina e não é impossível que não aconteça aqui. Estamos avançando na barbárie neoliberal com uma classe trabalhadora insatisfeita, porém, sem cabeça, sem organização política. Este é o cenário em que nos metemos: estamos enfrentando uma grave crise das esquerdas. O padre Vieira dizia “o peixe apodrece pela cabeça”; pois estamos com a cabeça podre.

O grande erro foi imaginar que era possível humanizar o capitalismo. A aposta era: dá para melhorar bastante a vida do povo ainda dentro do capitalismo. Há espaço para mudanças dentro da ordem. Foi com esta visão geral que o conjunto da esquerda se organizou para a luta política. No plano teórico, a idéia era da autodeterminação do capitalismo brasileiro, porque ele era pujante. Injusto, claro, mas já com estruturas de capitalismo amadurecido e que bastava, então, fazer políticas que enfrentassem as desigualdades sociais. A idéia de que haveria um amplo espaço era só uma questão de comando, de ganhar o Estado e fazer a política adequada. Houve uma grave subes-

timização do padrão da luta de classes no Brasil. A idéia de que junto com a democracia viria um espaço de mudança. A democracia veio, mas não o espaço da mudança.

Talvez o Florestan Fernandes tenha razão ao dizer que predomina no Brasil um padrão de luta de classes extraordinariamente duro, que se organiza na forma de uma contra-revolução permanente, esmaga e coopta, mas não deixa o povo se erguer como ator histórico. Essas coisas nós devemos pensar, principalmente, quando a gente coloca o que está acontecendo em perspectiva histórica. O movimento de reforma de base dos anos 60 foi abortado pelas baionetas da ditadura militar. A luta pela redemocratização, na ilusão que junto viriam mudanças sociais, é derrotada na eleição de Collor. Depois há uma espécie de canto do cisne da social democracia. Primeiro de maneira engomada, no

“Estamos avançando na barbárie neoliberal com uma classe trabalhadora insatisfeita, porém sem cabeça, sem organização política”.

Governo FHC, e depois a social democracia, digamos, legítima, de macacão. Nenhuma conseguiu mudar. Qual é a lição da história? Talvez seja a falência absoluta da social democracia no Brasil. É absolutamente claro que o espaço de mudança é mínimo e, até Florestan Fernandes, que imaginava existir algum espaço de mudanças dentro da ordem, acho que estava equivocado. O que o neoliberalismo ensina é que na era do capital global o espaço de mudança é mínimo, praticamente zero.

O Brasil precisa mudar porque se não vamos afundar na barbárie. O desafio é criar força para mudar. E criar forças significa semear o novo. Mas, para semear o novo, antes vamos fazer uma escolha de sementes para ver se a gente planta uma árvore, digamos, um Pau-Brasil, uma árvore nobre. Estão em pauta duas questões: termos uma teoria da mudança ou uma teoria da revolução. O que está inscrito nestas mudanças profundas? A

barbárie. E qual é a alternativa a ela? A revolução brasileira, o desafio de ter uma nova radicalidade, criar novos instrumentos.

Transcender o PT

O eixo do ataque da direita não é o Governo Lula. O governo é poupado. O pessoal diz até que Lula não estava sabendo de nada, quando todo mundo dentro do PT sabe perfeitamente que Delúbio era um homem de confiança do Lula, não do Dirceu. O foco do ataque da direita é o PT. E como é que a direita ataca o PT? Afirmando que todos os políticos são iguais, todo mundo é safado e esses do PT são safados e arrogantes. Os da direita não; eles são safados, mas cordiais.

Há um segundo movimento em relação ao PT que é o dos que têm dificuldade de entender que este ciclo acabou. Acabou no PT, na CUT, nos movimentos sociais. Isto pode ser visto dentro e fora do partido. O desafio está em transcender o PT. Não é jogar tudo na lata do lixo, porque é isso que a direita quer; não é tentar refazer a mesma trajetória, como se os problemas que levaram ao que aconteceu fossem de ordem moral. Não são. Há um problema de classe, que procurou a saída pela linha de menor resistência (e é legítimo que a classe faça isso) e encontrou em Lula o portador desta esperança, que não deu resultado. Portanto, exige uma maior radicalidade.

Transcender o PT significa criar organizações políticas que tenham uma outra radicalidade, maior do que aquela que não foi suficiente. Na hora da verdade, se mostrou muito aquém do necessário para começar a mudar o Brasil. Esta nova radicalidade exige que se volte a falar de socialismo, porque se não há mudança dentro da ordem, só há mudança contra a ordem. E mudança contra a ordem é socialismo. A vingança da classe operária é que as derrotas do povo nunca são definitivas porque o capitalismo cria contradição e este nosso capitalismo cria contradição a galope, e elas estão aí.

A sociedade brasileira vai viver nas próximas décadas uma conjuntura dramática, de crise profunda, e todo mundo que tem compromisso em mudar o Brasil deverá ter capacidade de fazer um grande encontro para pegar o bastão de onde ele caiu, e transformar instrumentos que permitam mudar o Brasil. ■

É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



* Crédito sujeito a aprovação.

Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

www.banrisul.com.br
banrisul
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do
Rio Grande do Sul
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

Projetos para populações de rua

Existem, no Rio, milhares de pessoas espalhadas pelas ruas. Buscamos nesse estudo as ações de quem não pode deixar de se preocupar com esse grupo. Identificamos alguns Programas de Trabalho (PT) da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) voltados para a população de rua. Encontramos o “Proap II- Atenção a Crianças e Adolescentes”, que inclui em seus investimentos o “Proap II- Projeto de atendimento à população em situação de rua”.

Em 2004, sua dotação inicial era de R\$ 58,5 milhões, seis vezes maior do que a do ano anterior. Ao longo do exercício, foi reduzida principalmente por contingenciamentos, terminando o ano 77% menor do que o valor aprovado em lei. Este movimento deve-se à suas fonte de recursos: operações de crédito realizadas com o Bird e recursos próprios em contrapartida a operações de crédito. Como o empréstimo é contratado em dólar, torna-se difícil o cálculo do valor recebido pela SMAS, que varia de acordo com as oscilações da moeda estrangeira.

A Prefeitura informou, em contato telefônico, que para 2004 foi feita uma previsão superestimada de que se receberia aproximadamente R\$ 42 milhões do Bird, porém, o dólar baixo foi um dos fatores que contribuiu para que só se recebesse R\$ 5 milhões, mas só este fato é insuficiente para justificar tamanha diferença.

Para este ano, estima-se receber do Banco Mundial R\$ 11,1 milhões, enquanto é previsto destinar R\$ 31,7 milhões de recursos próprios para o programa. Entretanto, grande parte está contingenciada, mas espera-se a liberação devido ao compromisso de contrapartida ao recebimento de empréstimo.

Já o Programa “Atividades de Assistência Social”

aparece no orçamento municipal somente no exercício de 2005, e tem por objetivo “desenvolver ações que promovam a inclusão social prevista na LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), com vistas a garantir o atendimento as necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e exclusão social”.

Pela Proposta Orçamentária se planeja atender 49.068 pessoas, entre essas, 160 serão atendidas pela ação de combate à exploração sexual infanto-juvenil e 7.500 pelo programa de erradicação do trabalho infantil. Para isso, a previsão de gastos corresponde a R\$ 25,7 milhões, provenientes de recursos próprios e de transferências do Fundo Nacional e Estadual de Assistência Social, acredita-se que a Prefeitura liquidará toda a autorização de gastos, pois, até o final de julho o executado correspondia a 59% deste montante. Sendo uma atividade, o andamento está dentro do esperado.

Atividade de Assistência Social*

Dotação Inicial	25.672.048,00
Acréscimos	10.212,00
Cancelamento	160.212,00
Contingenciado	0,00
Dotação Autorizada	25.522.048,00
Despesa Empenhada	16.039.950,90
Despesa Liquidada	14.961.868,43

*execução no período de 01/01/2005 a 26/07/2005

A Rubrica “Programa de Assistência Social para População de Rua”, cujo objetivo é “promover a inclusão social de pessoas em situação de risco e exclusão” merece destaque.

Em 2003, 38% dos recursos destinados a esse programa correspondiam a transferências do Fundo Nacional e Estadual de Assistência Social, o restante vinha de recursos do Tesouro. A autorização de gastos ficou em torno de R\$ 15,5 milhões, e apenas 58% deste montante foi executado.

No ano seguinte, teve uma dotação 80% menor em relação a 2003, e somente 6% foi

executado. Isto provavelmente ocorreu porque, ainda em 2004, foi criado um programa de mesmo nome e objetivo, porém, este recebia apenas recursos próprios. Seu total liquidado ficou muito próximo do valor aprovado em lei.

Em 2005, aparece novamente apenas um programa, que recebe só recursos próprios. Dentre todos os programas apresentados nesse estudo, este teve o menor valor aprovado para 2005, R\$ 8,1 milhões, representando 5% do valor destinado inicialmente à SMAS.

Não temos instrumentos para acompanhar a execução do programa em 2005. Contudo, com o acompanhamento dos remanejamentos, estima-se que 36% da dotação inicial tenham sido cancelados. Dessa forma, apenas R\$ 5,2 milhões corresponderiam à dotação autorizada.

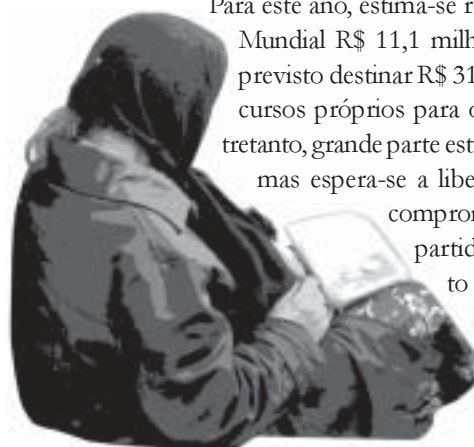
Assim, o Poder Executivo provavelmente não conseguirá atender todas as 3.555 pessoas em situação de rua, como previsto na LDO para 2005, as quais estão distribuídas entre parte da Zona Norte, Ilha e Zona Oeste.

Dotação Inicial	8.098.000,00
Cancelamento Total	2.881.019,19
Cancelamento/Dotação Inicial	36%
Dotação Atualizada Estimada	5.216.980,81

* último remanejamento verificado em 03/06/2005

O que se percebe é que apesar da questão da população de rua ser um problema que atinge as nossas grandes cidades, as ações voltadas para esse grupo social, no Rio, são extremamente dependentes de empréstimos ou convênios. Apenas um dos programas citados não conta com o Fundo Nacional e Estadual de Assistência Social ou com operações de crédito com o Bird. ■

Fonte: Prestação de Contas de 2003 e 2004, Lei Orçamentária Anual dos anos de 2003, 2004 e 2005, Fincon e Plano Anual de Trabalho de 2005.



As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Coordenação Executiva: Conselheira Ruth Espinola Soriano de Mello, Supervisão Técnica: economista Luiz Mario Behnken. Estagiários: Thiago Marques, Ana Malburg e Júlia Martins

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br

Paulo Nogueira Batista Jr. Em defesa do Brasil



A recuperação e a defesa da autonomia nacional, em uma conjuntura em que a globalização financeira vem sendo cada vez mais questionada, são o foco do novo livro do economista Paulo Nogueira Batista Jr.

Professor da FGV de São Paulo, assessor, na segunda metade dos anos 80, dos ex-ministros João Sayad, do Planejamento, e Dílson Funaro, da Fazenda, Paulo Nogueira tem insistido em chamar a atenção de leitores e governantes para as consequências das políticas econômicas em curso, que seguem receituários externos cuja primazia tem sido garantir a acumulação e reprodução de lucros dos poderosos agentes financeiros internacionais, em detrimento das necessidades básicas e fundamentais do nosso país.

É o próprio economista quem afirma:

O quadro econômico e político vem

mudando consideravelmente nos últimos anos. As forças que predominaram na década de 1990 sofreram derrotas em vários países da América do Sul e já não reinam incontestes em lugar nenhum. A ideologia da globalização perdeu charme e capacidade de persuasão. A proliferação de crises cambiais e financeiras, não só na América Latina, mas em várias regiões do planeta, evidenciou os riscos da desregulamentação das economias e da liberalização dos fluxos internacionais de capital. Ampliaram-se os movimentos sociais antiglobalização, mesmo nos países desenvolvidos, maiores beneficiários da abertura das economias.

Nesse novo ambiente, o Brasil está modificando gradualmente a sua política de inserção internacional, em especial a sua estratégia para as negociações comerciais. Começamos a superar as posturas atemorizadas,

freqüentemente subalternas, que marcaram a política externa do Brasil nos anos 90.

Esses e outros temas são discutidos neste livro, que está dividido em duas partes. A primeira aborda questões cambiais e financeiras, discutindo, entre outros tópicos, os efeitos do Plano Real sobre a posição internacional da economia brasileira e os meios de que dispõe o Brasil para reduzir a dependência em relação a capitais estrangeiros e outras variáveis externas. A segunda parte examina as negociações comerciais do país, em especial a mais perigosa delas – a Alca, ressaltando a necessidade de se consolidar no país uma visão mais objetiva do poder relativo do Brasil e de suas possibilidades de ação e resistência no âmbito internacional.

Ipea e CEF lançam prêmio

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Caixa Econômica Federal (CEF) lançaram o concurso de monografia "Prêmio Ipea-Caixa 2005", destinado a estudantes, professores, profissionais liberais e pesquisadores de áreas afins.

Os temas são "mercado de trabalho", "emprego e informalidade" e "sistemas de financiamento e a oferta de crédito" e as inscrições podem ser feitas até o dia 26 de setembro. Mais informações: www.esaf.fazenda.gov.br ou www.ipea.gov.br.

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS DO CORECON-RJ – SEGUNDO SEMESTRE 2005

CURSO DE FILOSOFIA – UMA INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO TRÁGICO: A CRISE DA RAZÃO E DOS VALORES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

de 14 de setembro a 30 de novembro - às quartas-feiras à noite

COORDENADOR DO CURSO – **Miguel Angel de Barrenechea** – Doutor em Filosofia (UFRJ) e Pesquisador do Mestrado em Memória Social e Documento, do Mestrado em Pedagogia e do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da UNIRIO

PROFESSOR CONVIDADO – **Luiz Celso Pinho** - Doutor em Filosofia (UFRJ) e Pesquisador Associado UERJ/FAPERJ

REGIMES MONETÁRIOS: EXPERIÊNCIA DO REAL

de 4 a 25 de outubro 2005 - às terças-feiras - de 18h45 às 21h30

PROFESSOR – **André de Melo Modenesi** – Doutorando da UFRJ e professor do IBMEC

PREÇOS DO PETRÓLEO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PERSPECTIVAS DE LONGO PRAZO

de 10 de novembro a 1º de dezembro/2005 - às quintas-feiras, das 18h45 às 21h30

PROFESSOR – **Rafael Pertusier** – Mestre em economia pelo Instituto de Economia da UFRJ (Grupo de Energia) e graduado pela PUC-Rio. Trabalha na PETROBRAS na elaboração de estudos de longo prazo sobre o mercado de petróleo

DERIVATIVOS E ENGENHARIA FINANCEIRA

Dias 9 - 10 - 16 - 17 - 23 - 24 - 30 de novembro e 8 de dezembro de 2005 – quartas e quintas-feiras)

PROFESSOR – **Ivando Silva de Faria** – Doutorando em Economia pela UFF, Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal Fluminense, professor da UFF, da pós-graduação do IBMEC / FGV / UFF / UFRJ - Mercados de Derivativos Financeiros, Mercados Financeiros, Finanças Corporativas, Mercado de Capitais e Avaliação de Projetos de Investimento.

CURSO DE MATEMÁTICA APLICADA À TEORIA ECONÔMICA

de 7 de novembro a 9 de dezembro de 2005 - segundas e sextas-feiras, de 18:45h às 21:30h

PROFESSOR – **Carlos Maximiliano do Rêgo Monteiro** – Economista, Mestrando em Economia Empresarial – UCAM, Professor do MBA em Engenharia Econômica e Administração Industrial – UFRJ, Professor do Centro Universitário da Cidade

ANÁLISE DE INVESTIMENTO

de 6 de outubro a 3 de novembro de 2005 – aulas às quintas-feiras – de 18h45 às 21h30

PROFESSOR – **Eduardo de Sá Fortes** – Mestre em Economia Empresarial, UCAM – 2003.

As matrículas para o Curso de Aperfeiçoamento em Economia: preparatório para a ANPEC-2006 encontram-se abertas. Aproveite os descontos. Informe-se sobre outros cursos na página www.economistas.org.br